

DEPUTADO MODESTO DA SILVEIRA — “Semana do Índio”, a realizar-se na Capital de São Paulo, no período de 31 de março a 19 de abril próximo.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Comissão Pró-Índio de São Paulo, apoiada por congêneres de todo o Brasil, fará realizar uma “Semana do Índio”, na Capital paulista, com programação que se estende de 31 de março a 19 de abril. Semana longa e simbólica, até pelas datas que a limitam, do genocídio que os verdadeiros donos do Brasil vêm sofrendo nos últimos 480 anos, e, mais intensamente, nos últimos 16 anos.

No meio dessa programação, há um ato público que marca a criação de uma Comissão de Parlamentares, representativos de todo o Brasil, que se comprometem à defesa permanente dos direitos dos índios.

Não é sem razão nem fora de tempo que tais manifestações ocorrem, Sr. Presidente. Embora quase tardiamente, a sociedade civil começa a compreender e a se organizar para conter a continuação do massacre desses nossos irmãos das selvas, cujas terras tomamos, cuja cultura está ameaçada de extinção e cujas vidas continuam sendo ceifadas em proveito de uma tão decantada “civilização ocidental cristã”.

Como se já não fosse longe demais o massacre de fato, praticado por indivíduos e empresas inescrupulosos, apoiados em um sistema genocida, nos últimos tempos envolveram o Poder Executivo na empreitada suja, e rondam o Legislativo. Chegam-nos quase diariamente ao Congresso informações sobre o comportamento do Governo com indivíduos e empresas nacionais e estrangeiras, todos predadores dos bens e das culturas indígenas.

É o caso, por exemplo, da Aracruz, no Espírito Santo, que tenta destruir o que resta dos espoliados Guaranis, milagre de sobrevivência desde o século cabralino. A questão dos índios Tocó, da Ilha de São Pedro, em Sergipe, exemplifica os acordos entre Governos estaduais e grupos poderosos locais, para a desapropriação de suas terras. O líder índio Cretan, assassinado no Paraná, não teve qualquer explicação decente à opinião pública. O caso dos dois índios Guajajaras, assassinados por fazendeiros, em Barra do Corda, Maranhão, em 26 de fevereiro, na presença de um Capitão da PM, também não mereceu qualquer justificativa. Exatamente dois meses antes, Ângelo Xavier, cacique Pankararé fora assassinado na Bahia, por litígios de suas terras, com omissão da FUNAI. Qual a explicação das autoridades para o “suicídio” do índio Francisco Isaias, dentro da cadeia de Vila Alegre, Rio Grande do Sul?

Há três meses, o Governador de Roraima, nomeado pelo Planalto, considerou os índios um “empecilhado para o Território” (*O Estado de S. Paulo*, 7-12-79). Há seis meses, 54 latifundiários, empresários e políticos de Mato Grosso do Norte e Rondônia assinaram um documento contra os índios, considerando que as terras de índios seriam “feudos”. Há pouco, o Presidente da Associação dos Criadores de Nelore no Brasil, em entrevista à imprensa, afirmou que a demarcação das terras indígenas é contrária ao progresso e à segurança nacional. Será por tais tipos de concepção, pressão de conúbio, que o Governo Federal sempre promete, mas nunca conclui a demarcação das terras indígenas? Será por isso que não respeitou a própria Lei nº 6.001, de 1971, que determinou a demarcação, pelo Executivo, das terras dos índios, no prazo máximo de 5 anos?

Agora os genocidas avançam para o Congresso, Sr. Presidente. Querem tornar sua empreitada, senão legítima, pelo menos legal. Querem usar os representantes do povo como biombo para seus crimes e para sua ganância. Já há até quem se preste a apresentar projetos que, se tornados lei, irão servir para o “golpe de misericórdia” na cultura e no povo indígenas. Tramita nesta Casa até um projeto que propõe diásporas coletivas de todas as tribos indígenas em áreas que poderão atingir a quase 2 milhões de km² ao longo das fronteiras brasileiras. O endereço principal do projeto é impedir a criação, necessária, do Parque Yanomami, porque se localiza em áreas de cujas riquezas as multinacionais não abrem mão, juntamente com seus testas-de-ferro nacionais.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é oportuna a mobilização de toda a sociedade civil contra essa empreitada, para o extermínio final dos índios. Por isso também é que os parlamentares não podem ficar fora dessa luta. Todos, acima de grupos e partidos, bastando que tenham um mínimo de dignidade e sensibilidade humana. Ainda por isso, Sr. Presidente, é que convido V. Ex^a e cada um dos membros desta Casa a compreenderem essa luta patriótica e humanitária e a se engajarem conosco na defesa de todo o patrimônio da civilização indígena. Convidamos, inclusive, os companheiros que assinaram projetos que redundem em diásporas e genocídios, para repensarem seus atos e se somarem conosco numa nova luta, que poderá nos redimir dos 500 anos de passado sangrento e desumano.

Então, poderemos dizer que demos um primeiro passo, na longa caminhada, que poderá tornar “cristã” esta nossa pobre civilização ocidental.

27/03/80